



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0015517-16.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **José Eduardo Galhardo**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

José Eduardo Galhardo move Ação de Cobrança Securitária – DPVAT – Invalidez Permanente contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais pedindo, ao final, a condenação da requerida ao pagamento do valor determinado pela Lei nº. 6.194/74, ou seja, o valor de 40 salários mínimos, ou caso tenha havido algum pagamento, que seja descontado o valor já pago, atualizando a diferença devidamente corrigidos e acrescidos de juros de mora; custas e despesas processuais, se houverem e honorários de advogado fixados em 20% do valor da condenação no caso da requerida recorrer da decisão de 1º grau.

Em contestação, a empresa ré arguiu, em preliminar, a falta de interesse processual, ausência de pressuposto processual, a ocorrência da prescrição, requerendo a substituição no polo passivo pela inclusão de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Requereu a improcedência da ação (fls.17/35).

Réplica às fls. 47/52.

Laudo Pericial às fls. 84/94

Manifestaram-se as partes acerca do Laudo Pericial às fls. 97/102 e 103/104.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ação é PROCEDENTE.

Quanto a arguição de preliminar de ilegitimidade passiva pela ré, forçoso convir que não procede, haja vista que qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório assegurado o direito de regresso. Vejamos:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

9000223-39.2010.8.26.0100 Apelação / Acidente de Trânsito

Relator(a): Carlos Nunes

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 33ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 09/03/2015

Data de registro: 10/03/2015

Ementa: “SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - RESPONSABILIDADE CIVIL ACIDENTE DE TRÂNSITO - ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" - Inocorrência - Acidente ocorrido após a criação do Convênio DPVAT pela Resolução nº 06/86 - Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, pois a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver - Legitimidade passiva da Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais Desnecessidade de substituição pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT Preliminar afastada.

Quanto à arguição da ré quanto à falta de interesse processual por parte da autora, razão não lhe assiste. Isso porque de pouca valia seria para a autora buscar o recebimento do seguro pela via administrativa. A ré também, uma vez citada, contestou a presente ação.

Quanto à arguição de falta de pressuposto processual por conta da ausência de documento essencial para a propositura da ação, mais especificamente referindo-se ao exame de corpo de delito, razão também não lhe assiste. Vejamos:

0192415-84.2012.8.26.0100 Apelação

(Relator(a): Silvia Rocha; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 18/03/2015; Data de registro: 18/03/2015)

Relator(a): Silvia Rocha

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 18/03/2015

Data de registro: 18/03/2015

Ementa: - “Ação de cobrança Seguro obrigatório (DPVAT) - "O recebimento do seguro

0015517-16.2011.8.26.0566 - lauda 2


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

obrigatório implica tão-somente quitação das verbas especificamente recebidas, não inibindo o beneficiário de promover a cobrança de eventual diferença" - Súmula 09 do TJSP. - Ausência de documento indispensável à propositura da demanda - Inocorrência - Laudo de exame de corpo de delito do autor não é documento indispensável à propositura da ação, porque a apuração da existência de sequelas incapacitantes, decorrentes do acidente que ele sofreu, pode ser efetuada por outras provas. - Repele-se alegação de cerceamento de defesa por falta de realização de perícia médica no autor, se há prova suficiente, nos autos, de sua incapacidade. - Verificado o julgamento ultra petita, afasta-se o excesso. Inaplicável a Lei nº 6.194/74, que limitava o valor da indenização de seguro obrigatório ao equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para os casos de invalidez, vez que o art. 3º, alínea "a" da Lei nº 6.194/74 foi revogado pelas Leis nos 6.205/75 e 6.423/77 e modificado pela Lei nº 11.482/07, leis vigentes na data do sinistro. - Constatada que a invalidez do autor é total e permanente, dadas as suas circunstâncias, faz ele jus ao recebimento do total da indenização securitária, reservada para incapacidade total. - Correção monetária incide desde a data do pagamento parcial e juros contam-se da citação à taxa mensal de 1% - Recurso parcialmente provido"

Superadas as preliminares arguidas, passo a analisar o mérito. Quanto à alegação de prescrição, razão não lhe assiste, pois se deve analisar a data da ciência definitiva da incapacidade ou invalidez permanente atestada por órgão competente (causa que interrompe a prescrição)

Verifico que o laudo pericial judicial é conclusivo ao atestar que o autor, de fato, sofreu um acidente de trânsito, que culminou em sequelas permanentes, com perda total da visão em olho direito e parcial incompleta intensa em olho esquerdo por sequela e traumatismo cranioencefálico, incapacitando o autor para toda e qualquer atividade que necessite de baixa visão ou de visão normal para sua consecução.

Complementou, ainda, o expert: "A perda patrimonial física pode ser estimada em 87,5%" (vide fls. 92).

Por conta disso, é certo que o autor faz jus à indenização pleiteada.

No que diz respeito ao quantum indenizatório, verifico que o artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/1974 é claro ao determinar que os danos pessoais causados por acidentes

0015517-16.2011.8.26.0566 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

automobilísticos, que culminem na invalidez permanente da vítima, será de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Compreende-se, portanto, que o valor da indenização varia em relação ao grau da intensidade da invalidez, sendo o limite máximo a ser pago a quantia supramencionada.

Pois bem. No presente caso, considerando-se que, segundo o laudo pericial apresentado, ficou determinado que a perda patrimonial física do autor foi de 87,5% (fls. 90), faz jus ao recebimento deste valor proporcional, calculado sobre o máximo da tabela SUSEP.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando a ré a pagar ao autor a quantia equivalente a R\$ 11.812,50, (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), atualizada monetariamente com base na Tabela Prática para Atualização de Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo a partir da data do acidente, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da citação.

Condeno a ré no pagamento das custas, despesas processais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da condenação, merecidos, ante o bom trabalho desenvolvido no processo. Julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado e apresentado cálculo atualizado, intime-se a ré para pagamento, na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil. P.R.I.C. S. C., . 19/03/2015. **Alex Ricardo dos Santos Tavares.**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**